

**AS NOTÍCIAS DE JORNAIS COMO RECURSOS DIDÁTICOS: OS
DESASTRES DE NATUREZA HIDROLÓGICA DO PONTO DE VISTA DA
GEOGRAFIA E DA MÍDIA**

**THE NEWSPAPERS REPORTS AS TEACHING RESOURCES: THE
DISASTERS OF HYDROLOGICAL NATURE FROM THE POINT OF VIEW
OF GEOGRAPHY AND MEDIA**

**Alexandre Antonio Abate¹
Gabriel Vitor Nascimento Ferreira²
Ritielle Cristina Aparecido³**

RESUMO: Neste artigo, apresentamos as principais análises e resultados obtidos através do desenvolvimento do projeto intitulado "Os desastres naturais do ponto de vista da Geografia e da mídia", o qual foi realizado com os alunos da Escola Estadual "Maria Luiza Formozinho Ribeiro", de Presidente Prudente - SP. Buscamos auxiliar os estudantes no entendimento de que, muitas vezes, a mídia, quando divulga casos de desastres de natureza hidrológica, ampara-se em intenções e ideologias específicas. Analisamos e desconstruímos notícias de jornais com o intuito de identificar como a mídia noticia tais desastres. Geralmente, os textos jornalísticos "naturalizam", através do sensacionalismo, os elementos causadores das inundações, das enchentes e dos alagamentos nos espaços urbanos, culpando o clima e/ou o tempo como os responsáveis pelos desastres naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Produção do espaço urbano; Desastres naturais; Geografia; Mídia.

ABSTRACT: In this article, we present the main analyses and results obtained through of the project development titled "The natural disasters from the point of view of Geography and media", that was accomplished with the students from "Maria Luiza Formozinho Ribeiro" state school, in Presidente Prudente - SP. We seek to help the students in the understanding that, many times, the media, when release disasters of hydrological nature cases, uses specific intentions and ideologies. We analysed and deconstructed newspapers reports with the intention to identify how the media reports these disasters. Generally, the journalistic texts "naturalize", through the sensationalism, the causing elements of the inundations, of the floods and of the flooding in the urban space, blaming the climate and/or the weather how the responsible by the natural disasters.

KEY-WORDS: Production of urban space; Natural disasters; Geography; Media.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Presidente Prudente - SP. Aluno do Bacharelado em Geografia pela mesma instituição. E-mail: alexandre_abate@hotmail.com.

² Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Presidente Prudente - SP. Aluno do Bacharelado em Geografia pela mesma instituição. E-mail: viti.gabi@hotmail.com.

³ Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Presidente Prudente - SP. Aluna do Bacharelado em Geografia pela mesma instituição. E-mail: cris.2013.geo@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo se refere a uma síntese dos resultados obtidos a partir do projeto intitulado "Os desastres naturais do ponto de vista da Geografia e da mídia", o qual foi desenvolvido, em 2017, com os alunos do Primeiro Ano do Ensino Médio da Escola Estadual "Maria Luiza Formozinho Ribeiro", de Presidente Prudente - SP. As atividades foram executadas no âmbito da disciplina de "Projeto de Integração Disciplinar II", obrigatória para o curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente - SP.

Através da realização deste projeto, o qual se baseou na desconstrução de textos jornalísticos, buscamos auxiliar os alunos no entendimento de que as notícias, de uma forma geral, são intencionais e amplamente ideológicas, inclusive as notícias relacionadas aos desastres naturais. Deste modo, através das atividades realizadas, nas quais os estudantes foram sujeitos importantes durante todo o processo, foi possível que eles identificassem como a mídia divulga a ocorrência dos desastres de natureza hidrológica (enchentes, inundações e alagamentos). Assim, o projeto contribuiu para que os alunos pudessem desenvolver a capacidade de interpretação, de análise e o desenvolvimento do olhar crítico sobre os fatos que, cotidianamente, são apresentados pelos meios de comunicação. Por intermédio da ciência geográfica, explicamos o que, de fato, origina ou intensifica a ocorrência destes desastres nos espaços urbanos.

OS DESASTRES DE NATUREZA HIDROLÓGICA: CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE CONCEITUAL

Para a compreensão dos elementos, das dinâmicas, dos processos e dos fenômenos fundamentais do projeto desenvolvido, é necessário que discorramos, brevemente, sobre uma temática que, por muito tempo, foi designada como o objeto de estudo da Geografia: a relação Sociedade-Natureza⁴. De acordo com Mendonça (2011), o espaço natural, desde a sua gênese, é afetado por transformações que ocorrem devido às dinâmicas que são intrínsecas à natureza. No entanto, presenciamos alterações e transformações que ocorrem em um ritmo cada vez mais acelerado devido à intervenção do homem, o qual, graças à ampliação do conhecimento técnico e científico, apropria-se do espaço para atender as suas próprias necessidades. Desta forma, Monteiro (2015, p. 86) explica que a cidade é o espaço no qual a relação homem e natureza se estabelece de forma mais efetiva:

A partir da organização primitiva da natureza, o homem promove, de maneira concentrada, uma série infindável de derivações que se apresentam na massa de edificações urbanas: sua arquitetura, numa estruturação morfológica e dinâmica funcional, com seu sistema viário de circulação interna e de relacionamento regional, ao cabo do

⁴ "A Questão Ambiental e a Questão Social têm sido muito valorizadas dentro da Geografia. Nos últimos anos, um número significativo de Geógrafos vêm se dedicando ao entendimento dessas questões, numa perspectiva globalizante, ou seja, demonstrando que *as relações Sociedade-Natureza, constituem uma problemática única, não sendo possível investigá-la dentro de uma Geografia separada, dividida, dicotomizada em Geografia Física e Geografia Humana, ou através de uma única área do conhecimento [...].* Assim, não será através de uma abordagem dicotomizada, que encontraremos os meios de realização de um estudo das relações Sociedade-Natureza, capaz de beneficiar um número maior de indivíduos. A problemática ambiental não é mais do que uma forma sob a qual a problemática social se revela e se expressa" (PASSOS, 2010, p. 424, *destaque nosso*).

que as primitivas condições geoecológicas do sítio vão sendo derivadas por acréscimos. Aterros, represamentos e reservatórios d'água; eliminação de acidentes topográficos indesejáveis; substituições ou alterações, como aquelas produzidas na vegetação original extensivamente ou em manchas, em parques ou jardins etc. Tudo isso, aliado à própria dinâmica da população aí concentrada, circulando e desempenhando variadas atividades e serviços, faz com que as cidades sejam - por excelência - os lugares onde as resultantes ambientais configuram-se como obra conjunta de uma natureza retrabalhada e afeiçoada aos propósitos do viver humano.

Neste contexto, introduzimos a análise dos desastres naturais, os quais materializam algumas das alterações e transformações que se estabelecem no ambiente. Eles podem ser definidos, segundo Tominaga et al (2012 apud PEDRO; NUNES, 2012, p. 82), como "fenômenos naturais que atingem áreas e regiões habitadas pelo homem, causando-lhes danos". Desta forma, os desastres naturais ocorrem naturalmente, mas são agravados e intensificados pelo homem, "[...] que tanto induz como também acelera os processos naturais. Diante disso, os efeitos acabam sendo impactantes, tanto para a população ocupante da área afetada, quanto para a própria natureza (solo, rocha, rios, vegetação etc.)" (PEDRO; NUNES, 2012, p. 82). Conclui-se, pois, que o problema dos desastres naturais não é puramente devido à ordem natural, sendo necessário analisar as formas de organização e estruturação da sociedade (ARMOND, 2014), o que leva-nos à análise do espaço urbano, o qual é socialmente produzido.

A produção do espaço urbano não ocorre através de processos aleatórios. Ela está intimamente ligada à materialização do desejo de agentes sociais específicos⁵, em um contexto capitalista de reprodução ampliada e infinita do capital. Deste modo, segundo Corrêa (1989, p.11):

O espaço urbano capitalista - fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de luta - é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem.

Neste contexto de produção do espaço urbano a fim de atender aos anseios do capital, várias ações engendram a ampliação quantitativa e a intensificação dos desastres naturais, como a inadequação do uso e ocupação do solo, retirada da vegetação original, impermeabilização do solo, dentre outros. Assim, as cidades tornaram-se a maior expressão da ação do homem sobre o ambiente, conforme defende Monteiro (1976 apud MENDONÇA, 2011, p. 14):

Seja pela implosão demográfica, seja pela explosão de atividades, os espaços urbanos passaram a assumir a responsabilidade do impacto

⁵ De acordo com Corrêa (1989, p. 12), os agentes sociais que produzem, ou seja, fazem e refazem as cidades são: "a) Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) Os proprietários fundiários; c) Os promotores imobiliários; d) O Estado; e) Os grupos sociais excluídos". Devido aos propósitos deste artigo, não aprofundaremos na análise destes agentes.

máximo da atuação humana sobre a organização da superfície terrestre e na deterioração do ambiente.

Continuando a abordagem dos desastres naturais, aprofundaremos em algumas definições. O relatório anual estatístico do EM - DAT⁶ (2012), o qual foi utilizado por Armond (2014, p. 23), descreveu as definições dos tipos de desastres naturais segundo subgrupos:

De acordo com a sua classificação, os desastres **geofísicos** seriam aqueles originários da dinâmica interna do planeta Terra, como terremotos, vulcões, movimentos de massa (sem interferência das chuvas ou de outros fatores de interferência externa). Os **meteorológicos**, eventos causados por processos atmosféricos de pequena duração e em meso-escala, num espectro de minutos para dias (grandes tempestades, por exemplo). Os **climatológicos** seriam causados por processos de longa duração em meso e macro-escala. Eles são compreendidos dentro da dinâmica da variabilidade climática intra-sazonal até multi-decadal, como a ocorrência de temperaturas extremas, secas e incêndios. Os desastres naturais definidos como **biológicos** são aqueles causados pela exposição de organismos vivos a substâncias tóxicas e bactérias nocivas. Epidemias, infestação de insetos, debandada de animais são exemplos dessa categoria.

Dentre todos esses tipos de desastre, a maior parte daqueles reportados se encontra na categoria **hidrológica**. O EM-DAT (2012) define como desastres hidrológicos como aqueles causados por desvios no "ciclo natural da água" e/ou transbordamento de corpos d'água (inundações e movimentos de massa ligados a chuvas).

Nessa categoria, ainda, estão as inundações rápidas (*flash floods*), alagamentos e enchentes, episódios amplamente conhecidos na realidade tropical.

No projeto desenvolvido, trabalhamos com os alunos os desastres de natureza hidrológica, ou seja, as *enchentes*, os *alagamentos* e as *inundações*. Deste modo, é necessário que façamos, sucintamente, uma análise destes conceitos. De acordo com as definições do Ministério das Cidades, presentes no trabalho de Amaral e Ribeiro (2009 apud ARMOND, 2014, p. 71), temos:

Inundação: transbordamento das águas de um curso d'água, atingindo a planície de inundação ou área de várzea;

Enchentes ou **cheias:** elevação do nível d'água no canal de drenagem devido ao aumento da vazão, atingindo a cota máxima do canal, porém, sem extravasar;

Alagamento: acúmulo momentâneo de águas em determinados locais por deficiência no sistema de drenagem.

Outras contribuições importantes são apresentadas por Amaral e Ribeiro (2009 apud ARMOND, 2014, p. 71): "as enchentes e inundações estão, necessariamente, associadas à presença de cursos d'água, enquanto os alagamentos e enxurradas não dependem da proximidade de cursos d'água para ocorrer". Ademais, salientamos:

⁶ The International Disaster Database.

Segundo UN-ISDR [*United Nations International Strategy for Disaster Reduction*] (2002), as inundações e as enchentes são problemas geoambientais derivados de fenômenos ou perigos naturais de caráter hidrometeorológico ou hidrológico, ou seja, aqueles de natureza atmosférica, hidrológica ou oceanográfica. Sabe-se hoje que as inundações estão relacionadas com a quantidade e intensidade da precipitação atmosférica (Souza, 1998). A magnitude e a frequência das inundações ocorrem em função da intensidade e da distribuição da precipitação, da taxa de infiltração de água no solo, do grau de saturação do solo e das características morfométricas e morfológicas da bacia de drenagem (AMARAL; RIBEIRO, 2009, p. 41).

Sobre as enchentes e as inundações, Amaral e Ribeiro (2009) afirmam ainda que, no geral, estes eventos são desencadeados por precipitações intensas e rápidas ou chuvas de longa duração. A seguir, apresentamos a Figura 1, a qual exemplifica as formas pelas quais os dois desastres supracitados se estabelecem.

Figura 1: Perfil esquemático do processo de enchente e inundação.



Obtido em: Ministério das cidades (2007 apud AMARAL; RIBEIRO, 2009, p. 41).

Amparados em Tavares e Silva (2008), Amaral e Ribeiro (2009, p. 41) analisam alguns aspectos fundamentais para a compreensão da maneira pela qual as alterações do homem nos espaços urbanos intensificam dinâmicas naturais, ocasionando os desastres naturais:

Em condições naturais, as planícies e fundos de vales estreitos apresentam lento escoamento superficial das águas das chuvas, e nas áreas urbanas estes fenômenos têm sido intensificados por alterações antrópicas, como a impermeabilização do solo, retificação e assoreamento de cursos d'água. Este modelo de urbanização, com a ocupação das planícies de inundação e impermeabilizações ao longo das vertentes, o uso do espaço afronta a natureza, e, mesmo em cidades de topografia relativamente plana, onde, teoricamente, a infiltração seria favorecida, os resultados são catastróficos.

Concernente às inundações, apresentamos, também, algumas especificidades propostas pelo EM - DAT (2014 apud ARMOND, 2014, p. 70, *grifo nosso*):

[...] a denominação **inundações rápidas** (*flash floods*) buscam abarcar aqueles fenômenos em que um considerável volume de água é precipitado, podendo desencadear inundações. **Entretanto, essas inundações não precisam, necessariamente, ocorrer em rios, córregos ou lagos. Situações em terrenos nos quais a água tem dificuldades de infiltração e é acumulada na superfície também são incluídas na categoria de inundações.**

De uma forma geral, Amaral e Ribeiro (2009) explicam que, para se determinar a probabilidade da ocorrência de inundações, de enchentes ou de alagamentos, condicionantes de ordem natural e antrópica devem ser analisados em conjunto. No que tange aos aspectos naturais, os autores destacam: "1) Formas do relevo; 2) Características da rede de drenagem da bacia hidrográfica; 3) Intensidade, quantidade, distribuição e frequência das chuvas; 4) Características do solo e teor de umidade; 5) Presença ou ausência da cobertura vegetal" (AMARAL; RIBEIRO, 2009, p. 45). Referindo-se aos condicionantes oriundos da ação antrópica, são destacados:

1) Uso e ocupação irregular nas planícies e margens de cursos d'água; 2) Disposição irregular de lixo nas proximidades dos cursos d'água; 3) Alterações nas características da bacia hidrográfica e dos cursos d'água (vazão, retificação e canalização dos cursos d'água, impermeabilização do solo, entre outras); 4) Intenso processo de erosão dos solos e de assoreamento dos cursos d'água (AMARAL; RIBEIRO, 2009, p. 45 e 46).

Neste sentido, o complexo processo de uso e de ocupação do território em consequência da expansão acelerada, desordenada e mal planejada das cidades, trouxe grandes impactos, produzindo efeitos na paisagem e degradando o meio ambiente. Estas características precisam ser mais bem compreendidas e visualizadas em prol da constituição de alternativas viáveis que reduzam o impacto sobre o meio e possibilitem que, de fato, o desenvolvimento sustentável possa ser verificado.

A RELEVÂNCIA DO RECURSO MIDIÁTICO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA

No processo de formação de professores, há amplas teorias que são trabalhadas como subsídio às correntes teórico-metodológicas que serão adotadas, como suporte para a didática escolhida e para a formulação dos planos de aula e dos currículos escolares. Com base nas teorias mais divulgadas no século XXI, é amplamente defendida a necessidade de utilizar, em sala de aula, elementos didáticos que favoreçam a obtenção e a produção do conhecimento de forma dinâmica e crítica. Não obstante, nem sempre a teoria condiz com a prática, ou seja, com a realidade educacional. Conforme defende Thiesen (2008), a escola do

século XXI permanece com um currículo e com uma forma de ensinar excessivamente fragmentados e tradicionais. Neste panorama, a escola precisa mudar sua estrutura arcaica, seu funcionamento precisa avançar e os processos de ensino-aprendizagem, enquanto criação e recriação de conhecimento, necessitam de maior dinamismo, do contrário estaremos fadados a um conhecimento limitado e acrítico.

Concordamos com Souza e Queiroz (2012, p. 65) quando eles afirmam que devemos criar formas para fazer a Geografia se tornar interessante para os alunos, "[...] estimulando as dúvidas, os questionamentos, as pesquisas, motivando-os a aprender e estudar a Geografia de maneira que a compreendam, por fazer parte do seu cotidiano". Nesta mesma linha de raciocínio, Vesentini (1995 apud SOUZA; QUEIROZ, 2012, p. 65) afirma que:

Um ensino crítico de Geografia não consiste pura e simplesmente em reproduzir num outro nível o conteúdo da[s] Geografia[s] crítica[s] acadêmica[s]; pelo contrário, o conhecimento acadêmico [ou científico] deve ser reatualizado, reelaborado em função da realidade do aluno e do seu meio [...]. O ensino de Geografia no século XXI, portanto, deve ensinar – ou melhor, deixar o aluno descobrir – o mundo em que vivemos, com especial atenção para a globalização e as escalas local e nacional, deve focar criticamente a questão ambiental e as relações sociedade/natureza, [...] deve realizar constantemente estudos do meio.

Desta forma, o projeto que realizamos foi uma tentativa de aplicar uma metodologia que se distancia da forma canônica e mecanicista de ensino presente na maioria das escolas brasileiras, a qual se baseia, exclusivamente, na explicação oral dos conteúdos. Neste sentido, nas atividades desenvolvidas, utilizamos os meios de comunicação como subsídio ao ensino de Geografia, possibilitando que os alunos investigassem, analisassem, questionassem e criticassem as informações divulgadas pela mídia.

No que se refere à importância do recurso midiático, destacamos, também, alguns argumentos defendidos por Souza e Queiroz (2012):

Com o objetivo de formar um conhecimento de maior abrangência e tornar a Geografia cada vez mais próxima do cotidiano dos alunos, o professor pode unir duas fontes de conhecimento: os meios de comunicação e a sala de aula. Por fazer parte do dia a dia do aluno, as mais diversas formas de mídias possuem importância e influência constante na formação do conhecimento e podem auxiliar os estudantes a entender e a interpretar o que recebem dos meios de comunicação (p. 63);

As notícias de jornal são excelentes oportunidades para os professores debaterem com os alunos a maneira como eles percebem o mundo em que vivem, compreendendo as relações do homem com a natureza, as relações do homem em sociedade e as consequências dessas relações na formação do espaço vivido por esses alunos (p. 69);

O processo de ensino-aprendizagem em Geografia, com o auxílio das Mídias, leva o aluno a uma teoria que pode configurar ou

modificar seu comportamento e levá-lo a uma nova forma de ação, de comunicação e informação. O professor dirige a experiência do aluno, para que ele atinja, com a inter-relação das novas tecnologias, o objetivo principal, a aprendizagem. A natureza e a extensão dessa aprendizagem são particularizadas pelas categorias curriculares (p. 70).

É importante enfatizar, também, que o uso do recurso midiático no ensino de Geografia requer um olhar atento às notícias que estão sendo utilizadas, visto que a mídia é tendenciosa, ideológica e, muitas vezes, não apresenta rigor científico, o que contribuiu para a obtenção, por parte dos leitores, de informações que não condizem com a realidade. Deste modo, Souza e Queiroz (2012) explicam:

No que tange aos processos de ensino e aprendizagem, os textos jornalísticos têm sido utilizados pelos professores de Geografia da rede de ensino fundamental e médio. Sendo assim, acredita-se que a utilização do jornal impresso, enquanto recurso didático em sala de aula, requer um estudo que não deve prescindir da teoria científica. **Por isso, os textos midiáticos não podem ser entendidos somente a partir de uma simples leitura, é preciso desconstruí-los, desmistificá-los [...].** Trata-se de um mecanismo capaz de identificar o que está implícito e explícito nos conteúdos presentes nos textos jornalísticos, neste caso, os geográficos, assim como o efeito do sentido que estes produzem, tanto pela forma que são utilizados, quanto pela consequência do seu uso. Isto, no intuito de aproximar não só o aluno, mas também o professor da realidade transmitida pela mídia em seus noticiários (p. 77, *grifo nosso*);

O texto midiático e os programas televisivos refletem uma parcela da realidade. Seu aproveitamento como material didático para o ensino da Geografia requer um processo no qual o interdiscurso com o conhecimento geográfico possibilite a criação de novos espaços para novas mediações. O professor, os alunos e o conhecimento geográfico atribuirão novos significados ao material didático. Ensinar Geografia a partir de um texto midiático nos obriga a pensar o objeto e os métodos presentes no ensino dessa disciplina. É necessário pensar o texto midiático e ter o conhecimento geográfico como referencial na decodificação do material produzido pelos grandes meios de comunicação. A mídia possui uma linguagem própria e, portanto, é necessária formação para conviver com ela (p. 66).

Neste sentido, embora o recurso midiático seja, conforme buscamos demonstrar, fundamental como mecanismo de ensino, cabe ao professor de Geografia utilizá-lo adequadamente, ou seja, desmistificar, através da ciência geográfica, as notícias nas quais o senso comum e/ou padrões de manipulação, conforme abordaremos no próximo tópico, estão presentes.

AS INTENCIONALIDADES E O PADRÃO DE MANIPULAÇÃO DA MÍDIA

A mídia sempre apresentou um caráter associado ao de defensor do *status quo* e de bastião supremo da defesa dos interesses de grupos específicos que fazem o uso dela para moldar a opinião das massas, fazendo-as acreditar no que os interesses corporativos dominantes desejam que elas acreditem. Dessa forma, a opinião pública se torna passível de mudança e de influência consoante os interesses em determinado momento da história e em determinado espaço e território.

De acordo com Ribeiro (1991 apud KATUTA et al, 2009, p. 50), "[...] os meios de comunicação, principalmente a televisão, no contexto da sociedade brasileira, constituem complexos processos de poder inscritos entre o mercado, a política e a cultura". Para a presente discussão sobre o projeto desenvolvido, é interessante destacar, conforme explica Katuta et al (2009), que a mídia, baseada na defesa de interesses específicos, se apropria do desconhecimento científico da maioria da população, a qual lhe confere o domínio de "verdadeira" versão dos fatos.

Analisando o contexto brasileiro, Abramo (2009, p. 23) destaca que "uma das principais características do jornalismo, no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação". Assim, Abramo (2009, p. 23 e 24) considera que o principal fator que se origina desta manipulação midiática é que a imprensa não reflete a realidade⁷:

A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade. Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar *outra realidade*, irreal, que é a contrafação da realidade real. É uma realidade *artificial, não-real, irreal*, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada *no lugar* da realidade real (*destaques do autor*).

Baseando-se no pensamento desenvolvido por Gramsci, Almeida (2011) indica que a opinião pública é moldada em ação combinada entre Estado e Sociedade Civil, pois aquele precisa construir nesta, uma opinião favorável para as suas ações, especialmente quando elas não vão ao encontro dos interesses populares.

Sobre a opinião pública, em uma perspectiva gramsciana, Almeida (2011, p. 126), apoiando em Portelli (1987), destaca:

Naturalmente, os elementos de opinião pública sempre existiram, mesmo nas satrapias asiáticas. Mas a opinião pública, como a entendemos hoje, surgiu às vésperas da queda do Estado absoluto, isto é, no período de luta da nova classe burguesa por hegemonia política e conquista de poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante. Essa é a razão pela qual existe a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo a que uma única força modele a opinião e desse modo a vontade política nacional, dispersando os desacordos numa poeira individual e desorganizada.

⁷ "É importante notar que não é *todo* o material que *toda* a imprensa manipula *sempre*. Se fosse assim - se pudesse ser assim - o fenômeno seria autodesmistificador e autodestruidor por si mesmo, e sua importância seria extremamente reduzida ou quase insignificante" (ABRAMO, 2009, p. 24 e 25, *destaques do autor*).

Segundo Abramo (2009), é possível constatar, pelo menos, quatro padrões de manipulação gerais para toda a imprensa, incluindo um quinto padrão específico para o telejornalismo: 1) Padrão de ocultação; 2) Padrão de Fragmentação; 3) Padrão da inversão; 4) Padrão de indução; 5) Padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio. Buscando uma síntese destes padrões, ressaltamos as considerações de Souza e Queiroz (2012, p. 76, *grifos nossos*):

No padrão de ocultação, há o conhecimento dos fatos, mas silenciam-se, na maioria das vezes, por razões políticas e econômicas; **No padrão de fragmentação**, os fatos jornalísticos são desconectados dos fatos reais, onde o responsável pela publicação da mesma escolhe o que é ou não é conveniente aos interesses do Jornal; **No padrão de inversão**, há uma reordenação das partes da notícia, trocando-as de lugares e importância, ou seja, há uma inversão da relevância, onde o fato secundário se torna o principal; **O padrão de indução** é um conjunto de combinações de todos os outros padrões, onde, a população é excluída de ver e compreender a verdadeira realidade dos fatos, sendo levada a consumir uma realidade artificialmente inventada; Já o **padrão de manipulação global**, se apropria de todos os outros padrões, porém, é específico para o jornalismo de televisão e rádio, e por sua vez divide-se em três momentos básicos: a exposição dos fatos, a sociedade que fala, e por último, a autoridade que resolve.

Projetando tais pressupostos para a questão do papel da mídia na naturalização dos "desastres naturais", buscamos compreender de que forma a mídia distorce a realidade e molda a opinião pública, culpando o clima e/ ou o tempo como os grandes responsáveis pelos desastres naturais, ao invés de mostrar que o real problema está na forma como se produz e se consome os espaços urbanos. No que concerne à produção deste, este processo ocorre, muitas vezes, sem levar em consideração aspectos geológicos, geomorfológicos e climáticos, os quais podem ser compreendidos por intermédio da ciência geográfica. Desta forma, nas cidades contemporâneas, é possível constatar um planejamento e gestão urbanos que não são formulados e executados em conjunto com o planejamento ambiental. No que tange à importância da climatologia para o planejamento das cidades, por exemplo, Souza (2005, p. 57) defende que o planejamento urbano "[...] deveria caminhar em harmonia com as especificidades climáticas de cada região".

Souza (2005) nos diz que os desastres naturais de origem climática proporcionam grandes impactos devido à magnitude, como perdas humanas e impactos econômicos. No que se refere à maneira pela qual a imprensa noticia estes desastres naturais, ela feita de forma controversa, visto que "[...] ao mesmo tempo em que procuram informar, também exploram o lado sensacionalista, culpando os 'humores' do tempo e imprevisibilidade do clima, como os alagos dos episódios extremos" (SOUZA, 2005, p. 12).

Conforme explica Armond (2014), no campo da ciência geográfica, em especial na climatologia geográfica, a mídia impressa é muito utilizada nos estudos como fonte de dados. Todavia, não há muitos estudos que busquem identificar e analisar a forma de abordagem das notícias. O projeto que realizamos visava, pois, a incentivar os alunos a lançarem um olhar crítico sobre as notícias que são veiculadas pela mídia. Durante o desenvolvimento das atividades, evidenciamos que

o tempo e o clima não podem ser caracterizados como sujeitos responsáveis pelos desastres naturais, visto que os sujeitos possuem intencionalidades. De fato, as chuvas torrenciais, por exemplo, as quais estão associadas aos casos de enchentes, de inundações e de alagamentos, não possuem a intenção de causar danos à estrutura física das cidades e às pessoas. Neste sentido,

[...] é de suma importância para a compreensão das novas territorialidades a análise de como a mídia impressa aborda os eventos climáticos e sua geograficidade, pois ela chama a atenção para determinados acontecimentos e problemas, numa dada temporalidade, o que contribui para a construção de representações sociais do fenômeno climático e, por conseguinte, influencia nos arranjos espaciais locais (KATUTA et al, 2009, p. 52).

Ao longo da aula teórica, evidenciamos para os estudantes que, ao contrário do que a mídia diz, é possível, partindo de um planejamento e gestão urbanos adequados, impedir ou, no mínimo, amenizar a forma como o clima e as adversidades do tempo afetarão a sociedade e o espaço na qual ela habita, sendo que o espaço precisa ser produzido e consumido de maneira que não se torne um problema ou até mesmo uma ameaça para a sociedade. Em um contexto no qual a perversidade do modo capitalista de produção se expressa incessantemente, incentivar a construção desta noção nos estudantes é vital para que possamos estimulá-los a desenvolver uma mentalidade crítica, reivindicar e pressionar o poder público para que a interferência no espaço urbano preze pelo bem comum e não a interesses privados e particulares.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a escolha da temática do projeto e da série ideal para o seu desenvolvimento, utilizamos a "Matriz de Avaliação Processual da disciplina de Geografia", a qual apresenta os conteúdos, competências e habilidades propostos no Currículo Oficial do Estado de São Paulo. Assim, o projeto desenvolvido é adequado para a Primeira série do Ensino Médio, especificamente como forma de complementar a Situação de Aprendizagem 4, do terceiro bimestre, a qual é denominada "Riscos em um mundo desigual: desastres naturais e prevenção - uma construção do espaço geográfico" (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO, 2016, p. 34). Partindo do princípio de que os desastres naturais estão inseridos em categorias diversas, trabalhamos com os alunos os desastres de natureza hidrológica, ou seja, as *enchentes*, os *alagamentos* e as *inundações*, conforme já ressaltado. Deste modo, como o projeto desenvolvido se baseou na desconstrução de notícias de jornais, selecionamos notícias destinadas a divulgar a ocorrência destes desastres em recortes espaciais distintos.

O projeto foi desenvolvido em duas aulas de 50 minutos cada. Na primeira, realizamos uma discussão teórica, abordando os conteúdos e conceitos necessários à realização das atividades. Na segunda, organizamos os alunos em nove grupos, entregamos uma notícia para cada um e solicitamos que os estudantes lessem e debatessem as notícias, além de responderem às questões destinadas à desconstrução das notícias. A seguir, apresentamos o Quadro 1, o qual contém o roteiro que elaboramos para a desconstrução. As questões de um a quatro visavam

à coleta, por parte dos estudantes, das informações gerais das notícias selecionadas. As questões de cinco a onze foram elaboradas com o propósito de avaliar a interpretação, a análise e a capacidade de discussão dos estudantes sobre o tema do projeto, ou seja, são questões voltadas para a compreensão dos desastres naturais ocorridos, buscando, também, compreender as formas pelas quais eles foram divulgados e explicados.

Quadro 1: Roteiro para a desconstrução das notícias.

Número da questão	Enunciado
01	Qual a manchete (título principal) do texto jornalístico?
02	Quem escreveu o texto?
03	Qual o nome do jornal ou do site que publicou esta notícia?
04	Qual a data da notícia?
05	Qual município foi afetado? <i>Observação:</i> Se a notícia mencionar mais de um município, escrevam todos.
06	Onde ocorreu o desastre natural (nome da rua, bairro)?
07	Houve impactos negativos (mortes, feridos, buracos nas ruas, quedas de muros, etc.)?
08	Qual o desastre natural ocorrido: inundação, enchente ou alagamento? <i>Observação:</i> Se a notícia mencionar mais de um desastre, escolham apenas um.
09	Com base nas explicações promovidas durante a aula, definam, utilizando as suas próprias palavras, o desastre natural que a notícia citou, o qual vocês escreveram na questão anterior.
10	Assinalem a alternativa correta, com base na leitura, interpretação e discussões do grupo: a) () A notícia de jornal culpa o tempo e/ou o clima como causador(es) do desastre natural ocorrido. b) () A notícia de jornal explica o que, de fato, ocasionou o desastre natural, sem culpar o tempo e/ou o clima. c) () A notícia de jornal, ao mesmo tempo que culpa o tempo e/ou o clima, explica também o que, de fato, ocasionou o desastre natural. d) () A notícia de jornal não culpa o tempo e/ou o clima e também não explica o que, de fato, ocasionou o desastre natural. Ela apenas informa o que aconteceu.
11	Escrevam trechos da notícia lida que justifiquem a opção escolhida na questão anterior.

Elaboração do roteiro e organização do quadro: Alexandre Antonio Abate, Gabriel Vitor Nascimento Ferreira, Ritielle Cristina Aparecido (2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito da aula teórica, apresentamos os conteúdos e conceitos utilizando exemplos da realidade dos alunos, assim como elementos que, didaticamente, são capazes de tornar a aula teórica mais atrativa. Um dos exemplos que podemos citar para ilustrar este fato, o qual foi muito bem recebido pelos alunos, refere-se à associação com filmes e cenas cinematográficas para a compreensão da diferença existente entre o tempo e o clima. Apresentamos uma fotografia referente

a uma cena do filme "Harry Potter e o Cálice de Fogo", assim como o cartaz de divulgação do mesmo, o qual utilizamos para se referir ao filme como um todo. Assim, o clima seria um filme, sendo que o tempo seria apenas uma de suas cenas (SOUZA, 2005). Desta forma, para se constituir o filme, é preciso unir todas as cenas. Em associação com isto, temos que, para identificar o clima de uma determinada localidade, é necessário agrupar e compreender todos os tipos de tempo habituais. Ademais, salientamos que, nesta aula teórica, utilizamos uma linguagem acessível e adequada à série na qual as atividades foram desenvolvidas. Os alunos foram participativos, sempre respondendo às questões propostas e também realizando questionamentos referentes aos conteúdos que não haviam sido compreendidos adequadamente.

Concernente às desconstruções das notícias relativas aos desastres de natureza hidrológica, distribuimos pontuações para todas as questões visando à adoção de uma forma mensurável para a avaliação das atividades e discussão dos resultados obtidos. Considerando, especificamente, o primeiro grupo de questões destinadas à obtenção das informações gerais das notícias, a maioria dos grupos interpretou adequadamente os textos jornalísticos, respondendo corretamente às questões propostas. Desta forma, a maioria dos grupos obteve pontuação máxima nesta seção.

O segundo rol de questões formuladas visava ao entendimento dos desastres naturais ocorridos, compreendendo, pois, as questões mais importantes e, conseqüentemente, aquelas que atribuímos as maiores pontuações. Nesta seção, ressaltamos, inicialmente, a questão destinada à definição dos desastres naturais (enchentes, inundações e alagamentos) presentes nas notícias. Todas as equipes responderam-na, todavia, a maioria de forma equivocada. Muitos grupos inverteram as definições, atribuindo, por exemplo, a definição de enchente para a inundação. Além disso, nesta questão, alguns grupos abordaram os elementos naturais e ocasionados pela ação humana, responsáveis por originar ou intensificar estes desastres. Exemplificando, salientamos estas duas respostas: 1) *"Falta de bueiro, drenagem, muito lixo, devido isso aconteceu um alagamento em alguns pontos de Presidente Prudente"*; 2) *"Foi citado o alagamento no Parque do Povo, pelo fato de que ele está localizado em um ponto isolado, dificultando o seu escoamento"*. Dois grupos conceituaram corretamente o desastre natural abordado nas notícias analisadas. À título de demonstração, destacamos a definição apresentada por um dos grupos: *"Alagamento é o acúmulo momentâneo de água"*.

A décima questão do roteiro de desconstrução propunha que os alunos interpretassem as formas segundo as quais os desastres naturais foram noticiados pela mídia. A maioria dos estudantes também respondeu equivocadamente a ela. Abordando sobre a décima primeira questão, a qual solicitava que os alunos apresentassem trechos das notícias capazes de justificar a resposta do grupo para a questão anterior, a maioria dos grupos apresentou trechos pertinentes. Compreendemos, deste modo, que talvez a questão dez não tenha sido compreendida adequadamente, embora, antes da realização das atividades, tenhamos explicado todas as questões e apresentado um exemplo de desconstrução.

Em suma, apresentamos o Quadro 2, o qual contém as notas finais obtidas pelos grupos, assim como as categorias na quais elas estão inseridas, de acordo com a nossa categorização⁸. Analisando-o, identificamos que, embora os alunos

⁸ Atribuímos notas entre 1 e 10, partindo do princípio de que o fato dos alunos terem se envolvido na execução do projeto lhes garante, no mínimo, um ponto de participação. Desta forma, segundo o nosso critério, notas entre 1 e 2,9 são *muito irregulares*;

tenham apresentado grandes dificuldades em várias questões, avaliamos que os resultados finais dos nove grupos são satisfatórios, partindo da complexidade do projeto e dos conteúdos teóricos trabalhados. Ademais, é importante frisar que os alunos participantes estão no Primeiro Ano do Ensino Médio e os conteúdos trabalhados, assim como a metodologia referente à desconstrução de textos, segundo o professor de Geografia responsável pela turma, nunca haviam sido trabalhados anteriormente.

Quadro 2: Notas finais obtidas pelos grupos participantes do projeto.

Grupos	Notas obtidas	Desempenho
1	5,45	Regular
2	5,00	Regular
3	7,25	Bom
4	7,10	Bom
5	5,15	Regular
6	7,50	Bom
7	7,15	Bom
8	5,20	Regular
9	8,50	Muito bom

Fonte: Correção das atividades; **Org.:** Alexandre Antonio Abate, Gabriel Vitor Nascimento Ferreira e Ritielle Cristina Aparecido (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando tecer algumas considerações sobre o projeto desenvolvido, destacamos, inicialmente, que a mídia impacta, diretamente, na compreensão dos indivíduos quando ela atua em prol da naturalização de fenômenos que, na realidade, têm causas sociais (ou possuem a sociedade como elemento intensificador). Assim, estes fenômenos são, também, resultados de descasos do Poder Público Municipal ou de políticas inconsequentes por parte desta esfera de poder. Desta forma, chamamos a atenção para o papel da mídia na sociedade contemporânea e os interesses corporativos intrínsecos a ela, considerando que, aquilo que é transmitido para a população, geralmente está associado com o que for mais interessante para os grupos sociais hegemônicos e para os políticos que, em várias ocasiões, financiam a máquina midiática.

Desta forma, ao tratarmos da questão dos desastres naturais e da forma como a mídia costuma transmitir as notícias vinculadas a eles, fica evidente que a tendência do discurso midiático é a de buscar responsabilizar as dinâmicas e os processos que estão fora da alçada de intervenção humana, ao invés de mostrar que o real problema está, conforme já argumentamos, na forma pela qual a sociedade interfere no espaço, especialmente nos espaços urbanos, destruindo-os e produzindo-os, buscando atender aos anseios específicos, sobretudo, à

entre 3 e 4,9, *irregulares*; notas entre 5 e 6,9 são *regulares*; as notas inseridas entre 7 e 7,9 são *boas*; entre 8 e 8,9, consideramos as notas *muito boas*; acima ou igual a 9, as notas são, a nosso ver, *excelentes*.

necessidade de reprodução do capital. Assim, no âmbito dos desastres naturais ocorridos nos espaços urbanos, é inconcebível culpar a natureza.

Segundo Moraes (2002 apud THIESEN, 2008, p. 545), partindo do pressuposto de que a realidade é complexa, "[...] ela requer um pensamento abrangente, multidimensional, capaz de compreender a complexidade do real e construir um conhecimento que leve em consideração esta mesma amplitude". Deste modo, se na ciência, uma visão mecanicista e tradicional não consegue contribuir, plenamente, para a compreensão da realidade, no âmbito pedagógico, embora permaneçamos com escolas que têm feições conservadoras e do, ponto de vista metodológico, são engessadas, é necessário incentivar e realizar atividades que, didaticamente, possam fugir à regra. Através disto, será possível contribuir para que os estudantes, no âmbito escolar, possam compreender uma realidade cada vez mais complexa, de árdua compreensão. Neste sentido, avaliamos que o projeto desenvolvido, embora singelo, é capaz de despertar o olhar crítico dos estudantes e contribuir para esta renovação na forma de ensinar. Além disso, através das desconstruções das notícias, evidenciamos que, na prática da leitura, sobretudo de textos divulgados pela mídia, é necessário compreender os conteúdos que estão nas entrelinhas, ou seja, aquilo que está subentendido ou implícito. Assim, *desconstruir paradigmas e desinformações é, portanto, imprescindível à Geografia e à prática docente.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

ALMEIDA, Jorge. A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci. **Revista Compólitica**, v.1, n.1, p. 120-132, 2011.

AMARAL, Rosangela; RIBEIRO, Rogério Rodrigues. Inundações e enchentes. In: TOMINAGA, L. K., SANTORO, J. e AMARAL, R. (orgs). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

ARMOND, Núbia Beray. **ENTRE EVENTOS E EPISÓDIOS: As excepcionalidades das chuvas e os alagamentos no espaço urbano do Rio de Janeiro**. 2014. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

KATUTA, Ângela Massumi et al. **(Geo)grafando o território: a mídia impressa no ensino de Geografia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MENDONÇA, Vinicius Moura. **Impactos pluviais na cidade de Presidente Prudente - SP**. 2011. 128 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A Climatologia Geográfica no Brasil e a Proposta de um Novo Paradigma. In: _____ (Org.). **A Construção da Climatologia Geográfica no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2015.

PASSOS, Messias Modesto de. Produção do Espaço e Questão Ambiental no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima (Orgs.). **Uma Geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 421-432.

PEDRO, Leda Correia; NUNES, João Osvaldo Rodrigues. **Relação entre processos morfodinâmicos e os desastres naturais: Uma leitura das áreas vulneráveis a inundações e alagamentos em Presidente Prudente - SP**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 34, v. 2, p. 81-96, ago./dez. 2012.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. **Matriz de avaliação processual: geografia e história**. Ciências humanas; encarte do professor /Secretaria da Educação; coordenação, Ghisleine Trigo Silveira, Regina Aparecida Resek Santiago; elaboração, equipe curricular de Geografia e de História. São Paulo: SE, 2016.

SOUZA, Camila Grosso de. **Análise dos episódios climáticos extremos no Oeste Paulista a partir das notícias veiculadas pela imprensa local**. 2005. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SOUZA, Claudia Rocha Fonseca; QUEIROZ, Antônia Márcia Duarte. A utilização dos meios de comunicação do ensino de Geografia. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**, v.2, n. 1, p. 62-85, 2012.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.39, p. 545-554, set./dez. 2008.